



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

## **CADERNO DE ORIENTAÇÕES 4**

### **Processos de Fiscalização e Medição**

Núcleo de Fiscalização – COR/SUMAI - Rua Barão de Jeremoabo, Ondina - Salvador - BA	
EMAIL: cor.sumai@ufba.br	Tel. (71) 3283-6010/ (71) 3283-5812



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

## Sumário

1.	INFORMAÇÕES PRELIMINARES.....	3
2.	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO .....	3
3.	CRITÉRIOS GERAIS DE MEDIÇÃO.....	5
4.	CRITÉRIOS ESPECIAIS DE MEDIÇÃO .....	6
5.	DOCUMENTOS PARA MEDIÇÃO .....	6
6.	RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO.....	8



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

## **1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. Esse Caderno de Orientações refere-se à obra da 3ª etapa do IHAC - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (Bloco B- Pavilhão Administrativo, de Laboratórios e Pesquisa), da Universidade Federal da Bahia, localizada à Rua Barão de Jeremoabo, Campus Universitário da Federação no bairro de Ondina, Salvador-BA.

## **2. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 2.3. A fiscalização dos serviços caberá a Universidade Federal da Bahia, através da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura/Coordenação de Obras e Reformas/Núcleo de Fiscalização (COR/SUMAI);
- 2.4. O representante da CONTRATANTE deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.
- 2.5. Os representantes da Fiscalização reportar-se-ão diretamente ao preposto da CONTRATADA.
- 2.6. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços sempre que:
- 2.6.1. Assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no Contrato;
- 2.6.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as especificações dos respectivos Termos de Referência e seus apêndices;
- 2.6.3. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da Fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes, quando então autorizará a citada suspensão, e;
- 2.6.4. A Fiscalização assim o determinar ou autorizar formalmente.
- 2.7. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 2.8. A conformidade do(s) material(ais)/equipamento(s) a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 2.8.1. Os materiais, antes da sua aplicação, deverão ser submetidos à aprovação dos fiscais técnicos designados pela Administração.
- 2.9. É papel da Fiscalização atestar os documentos referentes à conclusão de cada um dos itens dos serviços planejados e efetivamente executados, nos termos contratados, para efeito de pagamento.
- 2.10. A Fiscalização observará a frequência do preposto da obra, a qual será cobrada em tempo parcial ou integral, conforme planilha orçamentária. A sua ausência caracteriza falta grave e implicará em advertência, notificação e multa, além do devido desconto nas medições mensais.
- 2.11. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização deverão ser solicitadas à Coordenação de Obras e Reformas – COR/SUMAI em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 2.12. A Fiscalização se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados prestados em desacordo com seu respectivo Termo de Referência, seus Apêndices e com o contrato.
- 2.13. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE, encarregado da Fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.
- 2.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no respectivo Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137 e 155 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.15. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 2.16. O fiscal técnico poderá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 2.17. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 2.18. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 2.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no respectivo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

Termo de Referência.

- 2.20. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 2.21. Cumpre, ainda, à Fiscalização:
- 2.21.1. Solicitar, a critério, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
- 2.21.1.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- 2.21.1.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- 2.21.1.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 2.21.1.4. Aos depósitos do FGTS; e
- 2.21.1.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 2.21.2. Solicitar à CONTRATADA que comprove se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas nos nomes dos funcionários, por meio da apresentação de extratos.
- 2.21.3. Oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
- 2.21.4. Somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

### **3. CRITÉRIOS GERAIS DE MEDIÇÃO**

- 3.1.1. As medições de serviços serão periódicas e mensais, com pagamentos realizados apenas pelos serviços efetivamente executados (materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA só serão pagos quando efetivamente aplicados e/ou instalados), constantes nos respectivos boletins de medição (Instrumento de Medição de Resultado - IMR).
- 3.1.2. Os IMR's serão enviados pela CONTRATADA para a aprovação da CONTRATANTE na última semana de cada mês. As quantidades apuradas nos IMR's serão aquelas efetivamente executadas no período entre o primeiro e último dia do respectivo mês. Os IMR's serão aprovados pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês posterior. Os itens não aprovados pela CONTRATANTE serão objeto de análise no mês subsequente. A CONTRATADA ficará autorizada a emitir nota fiscal correspondente apenas com anuência do IMR aprovado pela CONTRATANTE. O pagamento será realizado em até 30 dias após entrega da nota fiscal. Na nota fiscal deverá constar



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

obrigatoriamente o descritivo do objeto contratado, o período de medição, e a modalidade da licitação contratada. O pagamento será feito somente em conta de titularidade da CONTRATADA, a qual deverá ser informada no corpo da nota fiscal.

3.1.3. Mensalmente, junto com cada IMR, haverá uma avaliação sobre o avanço físico da obra para identificação de possíveis atrasos e determinação de alternativas para retomada do ritmo das obras e manutenção da conclusão dentro do prazo previsto, devendo a CONTRATADA emendar todo e qualquer esforço, conforme orientações da CONTRATANTE, a exemplo de aumento de efetivo, aumento de produtividade, aumento de mais frentes de serviços para aumento da produção, sem que isso implique em qualquer possibilidade para a CONTRATADA alegar incremento de despesas, nem solicitar qualquer tipo de revisão de custos, reajuste ou reequilíbrio de preço do contrato.

3.1.4. A planilha preliminar de medição enviada pela CONTRATADA deve conter em anexo toda a memória de cálculo dos quantitativos de cada item de todos os serviços realizados;

3.1.5. Não será aceita medição com itens de serviços em percentuais ou em verbas;

3.1.6. Referente ao fornecimento de equipamentos, os pagamentos estarão atrelados aos eventos de instalação e comissionamento, com percentuais especificados no tópico “critérios especiais de medição”.

#### **4. CRITÉRIOS ESPECIAIS DE MEDIÇÃO**

4.1. Com relação aos serviços elencados no Termo de Referência correspondente deste Caderno, considera-se como passíveis de medição especial os seguintes serviços:

4.1.1. Confecção e revisão de projetos: somente serão pagas as medições de itens de projeto após entrega definitiva e completa das peças com devida revisão do Núcleo de Projetos da Coordenação de Projetos e Registro Imobiliário da SUMAI. Quando pertinente, deverão ser entregues ART's, relatórios e laudos para liberar inclusão dos projetos na medição.

#### **5. DOCUMENTOS PARA MEDIÇÃO**

5.1. Para processamento das medições, a CONTRATADA deve fornecer os seguintes documentos ao fiscal administrativo:

- a) Planilha de medição devidamente aprovada pelo fiscal técnico;
- b) Nota fiscal com a devida descrição da obra e do período, consoante com a planilha de medição;
- c) Diário de obras do período medido devidamente preenchido e assinado pelo fiscal técnico;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

- d) ART da obra (para a primeira medição ou sempre que houver substituição de responsável técnico);
- e) Relatório fotográfico das atividades do período considerado;
- f) Demais documentos conforme IN-05/2017 – Anexo VIII-B – fiscalização administrativa;
- g) Relação de funcionários da obra no período;
- h) Croquis e desenhos auxiliares da medição (caso solicitado pela Fiscalização).

5.2. Recomenda-se que a CONTRATADA entre e mantenha-se em contato com a fiscalização técnica e administrativa a fim de sanar dúvidas e confirmar a assertividade das documentações necessárias para medição mensal de maneira prévia. Essa ação visa evitar a perda do prazo de pagamento por atraso no envio correto dos documentos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA  
Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – Núcleo de Fiscalização

**6. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO**

*Salvador, 03 de fevereiro de 2025.*

**Fabrizio Ribeiro Garcia**

**Chefe de Núcleo - Núcleo de Fiscalização – COR/SUMAI**

Matrícula SIAPE nº

Elaboração

**Eng. Luciene de Moraes**

**Coordenadora - Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento – COR/SUMAI**

Matrícula SIAPE nº

Aprovação